

Estratégias utilizadas por três professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do IF Baiano: relatando experiências

RESUMO

Esta pesquisa caracteriza-se como relato de experiência e tem por objetivo descrever as estratégias utilizadas enquanto professoras de AEE em três *campi* do IF Baiano: Alagoinhas, Catu e Serrinha. Tais estratégias são pautadas em três pilares: diálogos, sensibilização e direcionamentos específicos para o AEE, de maneira que seus resultados tem apontado que é imprescindível propiciarmos espaços de discussões e compreensões sobre a importância de todos os profissionais da instituição, estudantes, pais e/ou responsáveis que se propõe a pensar e agir sob o viés inclusivo conhecerem o aporte teórico, legal, clínico, pedagógico, instrumental, social e humano que são necessários para a efetividade da inclusão, pautados especialmente no respeito às diferenças advindas da diversidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado. IF Baiano. Educação Especial. Inclusão.

Eliane Mahl

eliane.mahl@ifbaiano.edu.br
<http://orcid.org/0000-0003-1518-9988>
IF Baiano, Alagoinhas, Bahia, Brasil

Patricia de Oliveira

patricia.deoliveira@oibbaiano.edu.br
<http://orcid.org/0000-0002-3183-9808>
IF Baiano, Catu, Bahia, Bahia, Brasil

Patrícia Zutião

patricia.zutiao@ifbaiano.edu.br
<http://orcid.org/0000-0002-4532-4151>
IF Baiano, Serrinha, Bahia, Brasil

IF BAIANO E A BUSCA PELA INCLUSÃO ESCOLAR: APRESENTANDO CENÁRIOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) é uma instituição de ensino médio e superior que tem por foco a educação profissional e tecnológica. Atualmente, possui 14 (catorze) *campi* localizados nos municípios de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique (IF BAIANO, 2020).

Os estudantes egressos do ensino fundamental, médio ou superior têm a possibilidade de estudar no Instituto por meio de cursos técnicos integrados, subsequentes (presenciais e de Educação à Distância - EaD), Programas de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), cursos de graduação e pós-graduação ou ainda realizar cursos de formação inicial continuada (FIC) por meio de Programas de Extensão (IF BAIANO, 2020).

Na perspectiva inclusiva, o IF Baiano, por meio da Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano (2012), tem como “esteio a consagração da cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade educacional, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direito à igualdade de oportunidades” (IF BAIANO, 2012, p.06).

Apoia-se no movimento de inclusão escolar, desencadeado sobretudo a partir do que consta na Conferência Mundial sobre Educação para Todos - Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) e na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade – Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documentos que propõe que todos, sem exceção, tem igualdade de direito ao acesso, permanência e oportunidades à educação escolarizada, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A inclusão escolar, deste modo, é compreendida como uma “ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” e preconceito, mas sim, de igualdade de direitos (BRASIL, 2008, p. 05). Mahl (2020a; 2020b) ressalta que quando nos reportamos à inclusão escolar focamos no direito de todo e qualquer estudante ter acesso, permanecer, participar e aprender no mesmo espaço escolar, independente das questões que possa apresentar relacionadas a etnia, crença, língua, condição socioeconômica, gênero, sexualidade, características físicas, sensoriais, intelectuais, psicológicas e mentais.

Diante dessas questões, historicamente muitos estudantes enfrentaram (e ainda enfrentam) barreiras, entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitavam ou impediam sua participação e oportunidades à educação escolarizada, necessitando de serviços de apoio especializado advindos da Educação Especial, que

se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (BRASIL, 2008, p. 06).

Entretanto, na atualidade, a Educação Especial não se restringe apenas as instituições especializadas ou as classes especiais¹. Educação Especial é compreendida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis (educação básica e superior), etapas (educação infantil, ensino fundamental e médio, graduação e pós-graduação) e modalidades (educação de jovens e adultos – EJA, educação quilombola, educação indígena, educação do campo, educação profissional e tecnológica) tanto presencial quanto à distância, realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os estudantes, seus professores, os pais e/ou responsáveis legais (famílias) quanto a sua utilização nas turmas das instituições de ensino regular (BRASIL, 1996; 1999; 2001; 2008; 2013).

É de extrema importância reforçarmos que desde 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, existe uma definição de quem seriam os estudantes matriculados nas turmas das instituições comuns de ensino regular que teriam direito a Educação Especial, pois até então predominava que todos os estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE)², poderiam ser atendidos.

A terminologia NEE foi muito utilizada nas políticas brasileiras e ainda é nos discursos das pessoas em função na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que direcionou os pensares e ações sob o viés inclusivo. Segundo Mahl (2020a; 2020b), o uso dessa terminologia reforçava e reforça o direito à educação para todos ou a Educação Inclusiva. A utilização do “todos” pode estar associada a questões de acesso, participação, facilidades ou dificuldades de aprendizagens, deficiências, necessidades de serviços e recursos, mas também estar associada a questões de pertencimento, aceitação, respeito da diferença ou diversidade, dentre tantas outras questões (MAHL, 2020a; 2020b).

A Política de 2008 definiu que os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) seriam os estudantes “com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento³ e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 15). Já os estudantes que apresentam transtornos funcionais específicos⁴ não seriam considerados PAEE, porém, “a Educação Especial atuaria de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses estudantes” (BRASIL, 2008, p. 15). Este entendimento incitou alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394 (BRASIL, 1996) por meio da Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013) e muitos outros documentos atuais.

Assim, a Educação Especial deve disponibilizar serviços e recursos para atender as necessidades dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, além de orientar seus professores, pais e/ou responsáveis legais quanto a utilização destes serviços e recursos. Os serviços da Educação Especial são aqueles prestados por profissionais que realizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras); o ensino de Língua Portuguesa (L2) para surdos; a tradução e interpretação para Libras; o ensino de guia-interpretação; o ensino, leitura, transcrição e revisão do sistema Braille, o ensino do sistema Braille; o ensino de Libras tátil; o ensino de escrita tátil; o ensino de Tadoma; a audiodescrição; o

ensino de orientação e mobilidade; o ensino de comunicação aumentativa e alternativa; o enriquecimento curricular; a criação e utilização de tecnologia assistiva; o apoio em atividades de alimentação, cuidados pessoais e locomoção, dentre outros⁵ (MAHL, 2020a; 2020b; 2020c).

Já os recursos seriam os produtos, materiais, equipamentos, dispositivos, metodologias, estratégias e práticas convencionais adaptadas ou produzidas especificamente para promover a funcionalidade, acesso, participação, aprendizagem, autonomia e independência dos estudantes público da Educação Especial (PEE)⁶ ou com mobilidade reduzida (MAHL, 2020a; 2020b; 2020c).

O IF Baiano, procurando assegurar o que preconiza a legislação sob o viés inclusivo, tem em seu quadro de servidores, profissionais que atuam diretamente com estudantes PEE, tais como: professoras de AEE⁷, tradutores e intérpretes da Libras, professores de Letras/Libras e revisores de texto Braille. Além disso, conta com profissionais das áreas de Assistência Social, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Pedagogia e Técnicos em Assuntos Educacionais, os quais, conforme suas atribuições, atendem, quando necessário, todos os estudantes, dentre eles os PEE.

Dentre estes profissionais, nos deteremos a atuação das professoras de AEE, relatando nossas experiências e como temos atuado, em três *campi* diferentes do IF Baiano (Alagoinhas, Catu e Serrinha), porém ressaltamos que o IF Baiano conta com 14 professoras de AEE, uma em cada *campus*. Destarte, esta pesquisa caracteriza-se com relato de experiência e tem por objetivo descrever as estratégias que utilizamos enquanto professoras de AEE do IF Baiano nos *campi* de Alagoinhas, Catu e Serrinha, buscando viabilizar a inclusão dos estudantes por nós atendidos.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO IF BAIANO: NOSSOS OLHARES DO “CHÃO DA ESCOLA” E AS POSSIBILIDADES VIVIDAS EM NOSSOS CAMPI

O AEE é compreendido como um conjunto de atividades, serviços e recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, para complementar ou suplementar à formação dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação no ensino comum, com vistas à autonomia e independência. As atividades desenvolvidas pelo AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL 2008; 2009; 2010; 2011, 2015a).

Para desenvolver as atividades propostas no AEE os professores devem ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos que os habilitem para o exercício da docência e formação específica para na área da Educação Especial (BRASIL, 2008; 2009; 2010). A formação, inicial ou continuada, na área da Educação Especial,

[...] possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento

educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 17).

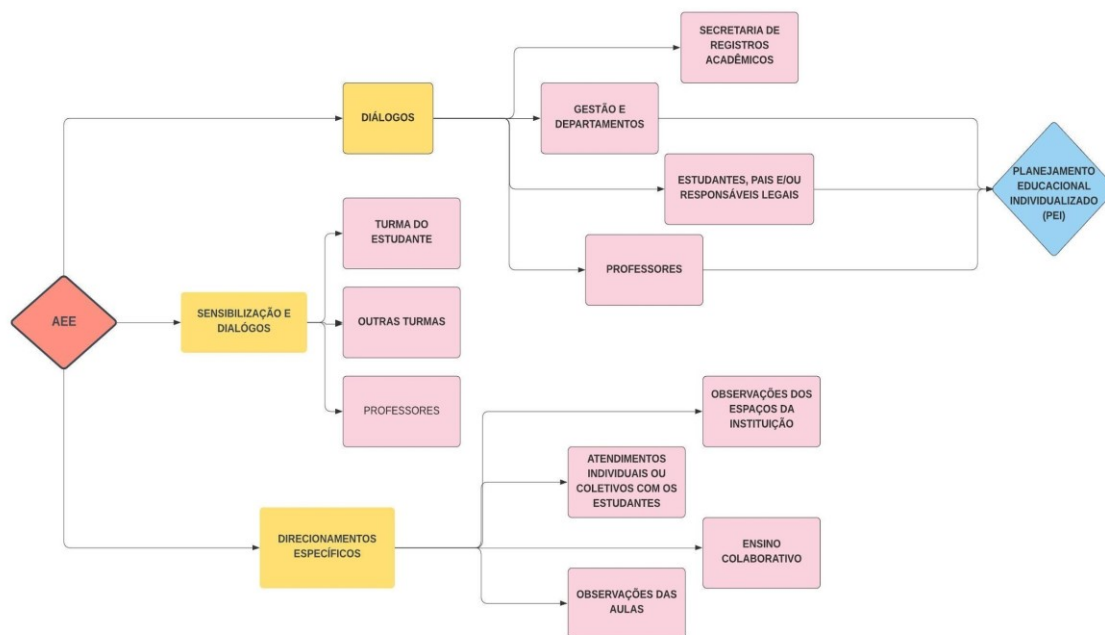
A oferta do AEE deve acontecer nas salas de recursos multifuncionais (SRM), que são ambientes dotados de mobiliário, equipamentos e materiais didáticos (BRASIL, 2009; 2010; 2011). Alguns exemplos são: mesa redonda, cadeiras, carteiras, mesa adaptada para usuários de cadeiras de rodas, armários, quadro branco, mesas para computador, computadores, *laptops*, impressora Braille, impressora 3D, teclado com colmeia, teclado Braille, *softwares* comunicação alternativa (sintetizadores de voz, leitores de tela, ampliadores de tela), ponteiros de cabeça, cartões de comunicação, prancha de comunicação com símbolos, fotos ou figuras, prancha de comunicação alfabética, lousa magnética para o ensino de Braille, acionador de pressão, mouse com entrada para acionador, reglete e punção, soroban, guia de assinatura, kit desenho geométrico, calculadora sonora, plano inclinado, multiplano, tesoura mola com e sem haste, aranha mola, diferentes tipos de lupas, lupa em régua, guia de escrita ampliada, pautas ampliadas, bolas de guizo, globo terrestre adaptado em alto relevo, material dourado, esquema corporal, bandinha rítmica, jogos de memória, jogos de quebra cabeças, jogos de sequência lógica, jogos de dominó, jogos de tabuleiro (todos os jogos em Libras, Braille e com textura), dentre outros mobiliários, equipamentos e materiais didáticos.

Enquanto professoras de AEE no “chão da escola”, ou seja, atuando em todos os espaços do IF Baiano e para além dele, temos procurado atuar sob o viés inclusivo na perspectiva do que é exposto nas legislações e nas produções científicas pertinentes para nossa área de atuação (educação, Educação Especial e AEE), porém, também temos procurado atuar e lutar na e para a realidade do que efetivamente temos ao nosso dispor. Diante disso, descreveremos as estratégias utilizadas e a realidade vivenciada enquanto professoras de AEE IF Baiano nos *campi* dos municípios de Alagoinhas, Catu e Serrinha; assim, caros leitores, vocês perceberão que o AEE não se restringe a SRM.

Atuamos no “chão da escola” com o AEE sobre três pilares: diálogos, sensibilização e direcionamentos específicos, conforme exposto a seguir no fluxograma (Figura 1) proposto pela professora Eliane Mahl, e apresentado em uma palestra virtual em julho de 2020 (MAHL, 2020c). É de extrema importância ressaltar que o que consta no fluxograma, criado e proposto pela autora não segue obrigatoriamente uma sequência específica dos acontecimentos (diálogos, sensibilização e direcionamentos específicos). Eles acontecem simultaneamente, ora com mais intensidade nos diálogos, ora nas sensibilizações, ora nos direcionamentos específicos. O importante é, o que defendemos, é que todos devem acontecer, de uma ou de outra maneira, para que seja possível a equidade para o acesso, permanência e oportunidades de aprendizagem no espaço escolar.

Assim, é importante observar o fluxograma e as explicações propostas a respeito deste.

Figura 1 - Fluxograma para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)



Fonte: Elaboração própria (MAHL, 2020).

O primeiro pilar do fluxograma refere-se aos diálogos estabelecidos para iniciar o AEE de qualquer estudante PEE. Antes de iniciar qualquer período letivo dialogamos com os responsáveis pela secretaria de registros acadêmicos (SRA) a fim de saber quais são os estudantes ingressantes que apresentam laudos médicos ou qualquer tipo de relatório apontando que apresentam ou necessitam de atendimentos, acompanhamentos ou cuidados específicos enquanto estudantes de nossa instituição. O objetivo deste contato é conhecer quais estudantes devem ser acompanhados por nós enquanto professoras de AEE ou para quais outros profissionais podemos direcionar ou explanar sobre o que consta nestes documentos, mas nunca sem antes dialogar primeiro com os próprios estudantes, seus pais e/ou responsáveis legais.

Após esse levantamento, procuramos os estudantes, independente se são maiores ou menores de idade, e marcamos um momento de diálogo para conhecê-los, apresentar o que é o AEE, seus objetivos e funcionamento, apresentar a SRM e o que dispomos de mobiliário, equipamentos e materiais. Nesse primeiro contato também ouvimos o(a) estudante direcionando para que nos relate brevemente sua história pessoal, acadêmica e clínica, apontando suas facilidades e dificuldades até o presente momento, expondo também suas expectativas, desejos e necessidades enquanto estudante do IF Baiano. Diante desse diálogo perguntamos se o(a) estudante tem interesse em participar do AEE e até o presente momento todos se posicionaram de maneira favorável a participação.

Então, marcamos uma data para dialogarmos com seus pais e/ou responsáveis. Alguns estudantes são menores de idade e, obrigatoriamente,

precisamos da autorização dos pais e/ou responsáveis para a efetivação do AEE. Outros estudantes são maiores de idades e respondem por si, mas a partir do que consta nos laudos médicos ou relatórios e, também dos diálogos com eles, observamos questões de funcionalidade, habilidades sociais, comunicação (expor, compreender e transmitir informações), autonomia e independência, e diante dessas observações avaliamos a necessidade ou não de conversarmos com os pais e/ou responsáveis para solicitação dos acompanhamentos no AEE.

Nos diálogos com os pais e/ou responsáveis seguimos a mesma linha do que é apresentado aos estudantes sobre o AEE, mas aproveitamos para realizar uma *anamnese* mais apurada da história pessoal, acadêmica e clínica do(a) estudante, procurando ainda verificar as condições socioeconômicas, os tipos de serviços e recursos utilizados até o momento pelo(a) estudante, as expectativas e desejos dos pais e/ou responsáveis sobre os processos de ensino e aprendizagem propostos pelo IF Baiano, como eles gostariam que fosse nossa relação enquanto professoras de AEE e demais profissionais de nossa instituição, dentre outras questões que surjam no diálogo.

Se os pais e/ou responsáveis aceitarem que os estudantes sejam acompanhados por nós, solicitamos que leiam um termo de compromisso livre e esclarecido (TCLE) com explicações sobre os objetivos e funcionamento do AEE, autorizando a participação dos estudantes neste serviço pedagógico. Caso algum estudante não queira participar do AEE lhe é apresentado o Termo de Desistência deste atendimento, o qual é assinado por eles e seus responsáveis legais. Se os pais e/ou responsáveis não souberem ler, lemos os documentos na presença de outra pessoa e entregamos uma cópia para eles. Ressaltamos que os momentos de diálogos com os pais e/ou responsáveis acontecem durante todo o percurso dos estudantes na instituição e não apenas no início de cada período letivo.

Diante da autorização, os estudantes terão os atendimentos individuais ou coletivos conosco (direcionamentos específicos – terceiro pilar do fluxograma), a fim de verificar suas facilidades e dificuldades. Nos primeiros atendimentos individuais são realizadas observações e avaliações diagnósticas relacionadas a comunicação (expor, compreender e transmitir informações); locomoção; autonomia e independência; cuidados pessoais; leitura, escrita, interpretação e produção textual; raciocínio lógico; operações matemáticas e resolução de situações problemas; atenção e concentração; memória; relações intra e interpessoais; autoimagem e autoestima; uso de tecnologia; organização da rotina; necessidades ou não de recursos adaptados (materiais e equipamentos); necessidades de serviços, dentre outras questões.

Para a realização dessas observações e avaliações diagnósticas dos estudantes (direcionamentos específicos) temos diários de campo e fichas avaliativas individuais para preenchimento das situações, todas adaptadas de estudos específicos ou criadas por nós. É importante ressaltar que a coleta dessas informações referentes aos estudantes acontece nos atendimentos realizados na SRM, mas também por meio de observações de diferentes situações em que os estudantes são participantes, tais como: deslocamento do mesmo em todos os espaços da instituição (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, salas de informática, núcleos e setores, refeitórios, hortas, currais, dentre outros), interações sociais ou

não nos horários dos intervalos das aulas, momentos de alimentação (lanche, almoço), chegada e saída na instituição, dentre outras.

A partir dessas coletas iniciais é que direcionaremos os acompanhamentos individuais ou coletivos dos estudantes na SRM por meio do AEE de maneira a complementar ou suplementar sua formação nas salas de aula do ensino regular, e ainda direcionaremos os diálogos com os professores por meio do Ensino Colaborativo, que apresentaremos posteriormente. No AEE devemos sempre observar o que é necessário para complementar ou suplementar a formação dos estudantes a partir das características próprias da condição de deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, mas também a partir do mobiliário, equipamentos e materiais que dispomos e que os estudantes dispõem.

No presente momento, nos atendimentos individuais ou coletivos, realizados no contraturno das aulas no ensino regular, temos nos pautado questões relacionadas ao ensino da Língua Portuguesa (L2) para surdos, do Sistema Braille, do soroban, do multiplano, da orientação e mobilidade, da utilização do Sistema de Comunicação por Troca de Imagens – PECS⁸, da utilização de *softwares* comunicação alternativa (sintetizadores de voz, leitores de tela, ampliadores de tela), dos recursos ópticos e não ópticos, da audiodescrição, das legendas nos vídeos, do enriquecimento curricular, da utilização de tecnologias e tecnologia assistiva; das adaptações de estratégias metodológicas, materiais pedagógicos, atividades avaliativas; ensino de leitura, escrita, interpretação e produção textual; raciocínio lógico; operações matemáticas e resolução de situações problemas, dentre outras ações.

Outro momento importante são os diálogos com os gestores e responsáveis pelos setores e núcleos da instituição que atuamos, pois é neste momento que apresentamos as barreiras, entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que podem limitar ou impedir o acesso, a participação e a oportunidade de aprendizagem dos estudantes, especialmente os PEE. Neste momento discutimos os conceitos e tipos de acessibilidade, além de como podemos ou poderemos possibilitá-las aos nossos estudantes e ainda reforçamos a importância de investimentos em momentos de formação e informação para todos os profissionais da instituição, sobretudo os professores.

Entendendo que, de acordo com a Lei nº 13.146 de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015a) acessibilidade é a,

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015a, s/p).

Em relação aos tipos de acessibilidade, pautadas nos estudos de Sassaki (2009), na LBI (BRASIL, 2015a) e na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 (ABNT, 2015b), procuramos classificá-las em:

a) atitudinais: atitudes ou comportamentos sem preconceitos, estereótipos e discriminações que possibilitam a participação das pessoas independente de suas características em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras;

b) arquitetônicas: possibilidade de acesso aos espaços/ambientes físicos, públicos e privados (vias, calçadas, rampas, residências, edificações, equipamentos urbanos, transporte, terminais e as estações de transporte, banheiros, elevadores, portas, dentre outros);

c) comunicacional: possibilita a utilização de linguagens, códigos e recursos para a comunicação (expor, compreender e transmitir informações) de maneira física e virtual (Libras, Libras tátil, leitura e escrita tátil, Tadoma, PECS, comunicação aumentativa e alternativa, audiodescrição, *softwares* de comunicação alternativa e aumentativa, legenda nos vídeos, Sistema Braille, dentre outros);

d) instrumental: esse tipo de acessibilidade envolve a materialidade dos recursos possibilitando a utilização de instrumentos, equipamentos, utensílios e ferramentas de mobilidade (locomoção), aprendizagem e estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, divertimento), de consumo (comércio, cultura), de saúde e assistência social (hospitais, farmácias, centros psicológicos, moradia), dentre outros;

e) metodológica ou pedagógica: diz respeito aos métodos, técnicas e instrumentos utilizados pelos professores nas salas de aula e outros espaços das escolas objetivando atender as características de cada estudante. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente, a forma como os professores concebem o conhecimento, o currículo, o ensino, a aprendizagem e a avaliação;

f) programática: essa acessibilidade se expressa na criação e no cumprimento das políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros) com o objetivo de fazer avançar e garantir os direitos humanos em todos os seus âmbitos, dentre eles as instituições escolares.

Este mesmo diálogo realizado com os gestores e responsáveis pelos setores e núcleos, também deve ser realizado com todos os professores de todos os cursos ofertados pela instituição, de maneira a informar sobre os estudos e políticas públicas sob o viés inclusivo, além de apresentar as barreiras, entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que podem limitar ou impedir o acesso, a participação e a oportunidade de aprendizagem dos estudantes, especialmente os PEE e, para além disso, apresentar as características específicas dos estudantes acompanhados pelo AEE em nossos *campi*, dialogando sobre as possibilidades de acessibilidade.

Nos primeiro diálogos, enquanto professoras de AEE, apresentamos a todos os professores, sempre com a autorização prévia dos estudantes, seus pais e/ou responsáveis, questões relacionadas aos dados pessoais, história acadêmica e clínica dos estudantes, condições socioeconômicas, os tipos de serviços e recursos

utilizados até o momento, facilidades e dificuldades, expectativas e desejos dos estudantes e de seus pais e/ou responsáveis sobre os processos de ensino e aprendizagem propostos pelo IF Baiano.

Como já realizamos avaliações diagnósticas dos estudantes (direcionamentos específicos) as apresentamos aos professores e orientamos que façam o mesmo, principalmente sob o olhar específico deles enquanto professores de componentes curriculares dos cursos. Direcionamos que os professores anotem questões relacionadas as habilidades e metas esperadas para a turma, facilidades e dificuldades do estudante PEE, necessidades ou não de adaptações (modificações, ajustes ou apoios) em relação aos conteúdos, objetivos, métodos e estratégias, recursos (materiais e equipamentos), temporalidade, avaliação e o que mais acharem pertinente.

Estes momentos de diálogos com os professores devem permear todo o processo de escolarização dos estudantes em nossa instituição pautado pelo Ensino Colaborativo, presente nos direcionamentos específicos – terceiro pilar do fluxograma. O Ensino Colaborativo é compreendido como uma parceria dialógica entre os professores dos componentes curriculares e professores de Educação Especial e/ou de AEE, na qual todos dividem a responsabilidade de identificar, planejar, implementar e avaliar os serviços, recursos e estratégias pedagógicas utilizados para atender e garantir a aprendizagem dos estudantes PEE (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

Entendemos que o Ensino Colaborativo pode acontecer nos momentos da coleta de informações tanto dos professores dos componentes curriculares quanto dos professores de Educação Especial e/ou de AEE por meio dos atendimentos individuais ou coletivos realizados com os estudantes, observações de diferentes situações em que os estudantes são participes, observações das próprias aulas dos professores dos componentes curriculares quando podemos realizar anotações e orientar sobre possíveis adaptações nas formas de instrução das informações, nas estratégias metodológicas, na utilização do espaços e recursos (materiais e equipamentos), nas atividades avaliativas, na necessidade ou não de serviços realizados por outros profissionais, dentre outros questões.

O importante é que exista uma relação dialógica entre os professores para a efetivação de ações que possibilitem que os estudantes tenham oportunidades de aprendizagem dos saberes advindos dos componentes curriculares dos cursos em que está matriculado, principalmente, porque é a partir dessa relação que será elaborado o Planejamento Educacional Especializado (PEI) para aqueles estudantes que necessitem de adaptações de grande porte⁹.

O PEI é “um documento que prevê o planejamento particularizado, caso a caso, em relação aos tipos de suporte, de adaptações, de serviços e de recursos necessários para a escolarização”, definindo como serão organizados os processos de ensino e aprendizagem do estudante PEE. Deve acolher as necessidades de cada estudante acompanhado pelo AEE, “de forma a superar ou a compensar as barreiras evidenciadas, tanto no âmbito da instituição de ensino quanto em outras instâncias, tais como saúde, família, comunidade, assistência social, entre outras” (IF BAIANO, 2019, p. 14).

O PEI será realizado e implementado pelos professores de AEE de forma colaborativa com os professores dos componentes curriculares do curso, gestão, equipe multiprofissional, estudante, seus pais e/ou responsáveis legais, considerando as especificidades do estudante (IF BAIANO, 2019).

Para elaborar o PEI, os professores deverão observar e anotar questões relacionadas as habilidades acadêmicas dos estudantes esperadas a partir dos saberes referentes aos componentes curriculares que conduzem nos cursos, observando o exposto no quadro abaixo (Figura 2) e a partir disso, de maneira colaborativa, com a professora de AEE, gestão, equipe multiprofissional, estudante, seus pais e/ou responsáveis legais organizar tudo que é possível e necessário para a inclusão do estudante PEE.

Figura 2 - Quadro para elaboração do Planejamento Educacional Individualizado (PEI)

HABILIDADES ACADÊMICAS								
Componente Curricular	Habilidades esperadas para a turma	Facilidades do(a) estudante PEE	Dificuldades do(a) estudante PAEE	Necessidade de Adaptações	Metas para a turma	Metas para o(a) estudante PEE	Estratégias a serem utilizadas	Avaliação
				() Conteúdos () Objetivos () Métodos () Materiais () Equipamentos () Temporalidade () Avaliação () Serviços				

Fonte: Elaboração própria das pesquisadoras.

Um pilar importante do fluxograma é a sensibilização a ser realizada com os estudantes da turma dos estudantes acompanhados pelo AEE e com as demais turmas também. Compreendemos que sensibilização é a capacidade de ser sensível, de reagir a determinadas situações com respeito, empatia, solidariedade, reciprocidade e altruísmo. Para isso, dialogamos com os estudantes PEE, seus pais e/ou responsáveis sobre a importância das pessoas, neste caso os demais estudantes, conhecerem e entenderem quais são suas características e porque necessitam de serviços e recursos específicos para terem acesso ao que é proposto no IF Baiano e, para além desses espaços. Afinal, “o processo de incluir é uma decisão que precisa ser conhecida, entendida e realizada pela coletividade e não apenas por quem é excluído, para que assim a diversidade humana seja naturalizada e não mascarada” (MAHL, 2020c, s/p).

Com a autorização tanto dos estudantes quanto de seus pais e/ou responsáveis promovemos momentos de diálogos para reforçar a importância de conhecer e respeitar as diferenças advindas da diversidade humana, ouvir os relatos de todos os estudantes sobre a convivência com a diferença, esclarecer suas dúvidas, orientar sobre as características específicas de seus colegas e como podem auxiliar, fortalecer o entendimento da importância da empatia, solidariedade, reciprocidade e altruísmo para com todos e, sobretudo, a

necessidade de pensarmos em possibilidades inclusivas, jamais excludentes, discriminatórias e preconceituosas.

Para isso, promovemos atividades teóricas e práticas de sensibilização nas turmas e também por meio de eventos nos *campi*, procurando promover momentos de discussões e experiência de situações vividas pelas pessoas com deficiência (vivências utilizando vendas, bengalas, cadeiras de rodas, protetores auriculares, ser guia, ter a mobilidade reduzida, se comunicar apenas por Libras, Libras tátil, escrita tátil, Sistema Braille, Tadoma etc); assistimos e debatemos sobre curta metragens, vídeos, filmes, relatos de experiências sobre questões específicas advindas da deficiência, do transtorno do espectro autista, das altas habilidades/superdotação e dos transtornos funcionais específicos, mas também relacionadas as questões étnicas, de gênero, sexualidade, crença, religiosidade, condições socioeconômicas, dentre outras.

Também promovemos o acesso a temáticas relacionadas aos esportes adaptados para pessoas com deficiência (futebol de cinco, voleibol sentado, natação, *goalball*, basquetebol e handebol em cadeiras de rodas, bocha adaptada, tênis de mesa, halterofilismo, hipismo, esgrima, arco e flecha, natação, dentre outros) e conseguimos realizar a prática de alguns desses esportes adaptados (*goalball*, futebol de cinco, voleibol sentado) com os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este estudo, procuramos relatar algumas estratégias que utilizamos enquanto professoras de AEE no IF Baiano nos *campi* dos municípios de Alagoinhas, Catu e Serrinha. Estas estratégias têm por objetivo propiciar espaços de discussões e compreensões sobre a importância de todos que se propõe a pensar e agir sob o viés inclusivo conhecerem sobre o aporte teórico, legal, clínico, pedagógico, social e humano que são necessários para a efetividade da inclusão no espaço escolar e para além dele, pautados especialmente no respeito, empatia, solidariedade, reciprocidade e altruísmo.

Não temos a pretensão de afirmar que as estratégias por nós utilizadas até o presente momento são as mais adequadas ou que sempre foram/são assertivas e aceitas pelos pares, porém temos certeza de que elas têm sido frutíferas em várias situações, sobretudo quando afirmamos em nossos discursos e práticas que para incluir nossos estudantes a coletividade é imprescindível e urgente, buscando trazer a responsabilidade para todos.

Assim, todos os profissionais da instituição, pais e/ou responsáveis, gestores, professores e estudantes precisam conhecer, entender e realizar ações pautadas nos entendimentos da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática; de maneira a cumprirmos o que é posto sobre inclusão nos documentos legais, compreendendo que o AEE não se restringe apenas a SRM, mas se expande para todo o “chão da escola”, ultrapassando os muros e cercas do IF Baiano, encontrando possibilidades inclusivas nos comportamentos, vias, transportes, edificações,

equipamentos, espaços educacionais, de lazer e recreação, trabalho, comércio, cultura, saúde, assistência social, dentre outros.

Strategies used by three teachers of Specialized Educational Assistance (ESA) from IF Baiano: reporting experiences

ABSTRACT

This research is characterized by an experience report and aims to describe the strategies used by ESA teachers in three IF Baiano campi: Alagoinhas, Catu and Serrinha. Such strategies are based on three pillars: dialogues, awareness and specific directions for the ESA , so that their results have pointed out that it is essential to provide spaces for discussions and understandings about the importance of all professionals of the institution, students, parents and/or responsible people who propose to think and act under an inclusive bias know the theoretical, legal, clinical, pedagogical, instrumental, social and human contribution that are necessary for the effectiveness of inclusion, guided especially in respect for differences arising from human diversity.

KEYWORDS: Specialized Educational Assistance. IF Baiano. Special Education. Inclusion.

Estrategias utilizadas por tres profesores de Asistencia Educativa Especializada (ESA) de IF Baiano: relatando experiencias

RESUMEN

Esta investigación se caracteriza por un informe de experiencia y tiene como objetivo describir las estrategias utilizadas como profesores de ESA en tres campus de IF Baiano: Alagoinhas, Catu y Serrinha. Dichas estrategias se sustentan en tres pilares: diálogos, sensibilización y orientaciones específicas para la ESA, por lo que sus resultados han señalado que es fundamental brindar espacios de discusión y entendimiento sobre la importancia de todos los profesionales de la institución, estudiantes, padres y / o Las personas responsables que se proponen pensar y actuar bajo un sesgo inclusivo conocen el aporte teórico, legal, clínico, pedagógico, instrumental, social y humano que son necesarios para la efectividad de la inclusión, orientados especialmente en el respeto a las diferencias derivadas de la diversidad humana.

PALABRAS CLAVE: Servicio Educativo Especializado. IF Baiano. Educación especial. Inclusión.

NOTAS

1 Neste contexto, entende-se que instituições especializadas eram aquelas criadas para atender sobretudo pessoas com diferentes deficiências. Já as classes especiais eram salas de aula criadas nas escolas do ensino regular em que estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem eram matriculados. Os estudantes das classes especiais estavam nas escolas do ensino regular, mas não estavam nas salas de aula comum e, deste modo, as classes especiais eram substitutivas a escolarização proposta no ensino regular. As classes especiais tiveram um aumento considerável a partir de 1970 devido aos preceitos da integração e só houve modificações desse entendimento a partir da década de 1990 com o surgimento das discussões sobre inclusão, pautada no direito de todos estarem juntos e aprendendo na mesma sala de aula.

2 Na Declaração de Salamanca consta que as “escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras [...] deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos *desvantajados* ou marginalizados” (UNESCO, 1990, s/p).

3 O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM -V) alterou a terminologia transtorno global do desenvolvimento para transtorno do espectro autista (DSM- V, 2014).

4 Os transtornos funcionais específicos seriam a dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção, transtorno de hiperatividade, transtorno de atenção e hiperatividade, dentre outros (BRASIL, 2008).

5 Os serviços direcionados aos estudantes acompanhados pela Educação Especial pode envolver diferentes profissionais que prestam serviços para além dos citados, tais como: terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, medicina, enfermagem, engenharia, arquitetura, assistência social, pedagogia, psicopedagogia, design, tecnologia da informação, informática, dentre outros.

6 Não somos adeptas da utilização do termo PAEE e procuramos retirar a palavra alvo de nossos discursos e produções, compreendendo que os estudantes não são um alvo a ser atingido pela Educação Especial. Apenas necessitam de serviços e recursos advindos desta área.

7 São apenas professoras de AEE no IF Baiano.

8 Traduzido do inglês *Picture Exchange Communication System* (PECS) é um sistema de comunicação complementar e alternativo.

9 Para maiores compreensões sobre adaptações de pequeno e grande porte sugerimos a leitura das Cartilhas “Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2000a; 2000b).

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050**. 2015b. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR9050.pdf. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Ministério da Educação. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC/CNE/CEB 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: MEC/SEE, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais: adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília: MEC/SEE, 2000a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais: adaptações curriculares de grande porte. Brasília: MEC/SEE, 2000b. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000449.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC/SEE, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. MEC/CNE/CEB: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. MEC/SEE: 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias

[=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](#). Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC/SEE, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,e duca%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 03 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 ago. 2020.

DSM – V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5**. American Psychiatric Association. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

IF BAIANO. **Regimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Salvador/BA, 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Regulamento-do-Atendimento-Educacional-Especializado-no-%C3%A2mbito-do-IF-Baiano.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

IF BAIANO. **Resolução Nº 12, de 09 de outubro de 2012**. Política da Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano. Salvador/BA, 2012. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2013/06/Politica-da-Diversidade-e-Inclusao.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

IF BAIANO. **Quem somos?** Disponível em: <http://ifbaiano.edu.br/portal/quem-somos/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAHL. Eliane. **NAPNEs e AEE: diálogos sobre inclusão escolar**. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qOrr75lytCI>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MAHL, Eliane. **Live sobre Inclusão Escolar e Atendimento Educacional Especializado – AEE.** 2020b. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=KlIEnALziWQ>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MAHL, Eliane. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2020c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S0lwXR_1F8. Acesso em: 08 ago. 2020.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: Unindo esforços entre Educação Comum e Especial.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

UNESCO. Ministério da Educação de Jomtien. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área da necessidade educativas especiais. Conferência Mundial sobre as necessidades educativas especiais:** acesso e qualidade. Espanha: UNESCO, 1994.

Recebido: 9 ago. 2020

Aprovado: 24 nov. 2020

DOI: 10.3895/rtr.v5n0.12981

Como Citar: MAHL, E.; OLIVEIRA, P. de; ZUTIÃO, P. Estratégias utilizadas por três professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do IF Baiano: relatando experiências. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012981, p. 1-19, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Eliane Mahl

eliane.mahl@ifbaiano.edu.br

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

